

**MOBILIDADE ESPACIAL DO CAPITAL E DA FORÇA DE
TRABALHO: ELEMENTOS PARA UMA TEORIZAÇÃO
GEOGRÁFICA A PARTIR DA MATRIZ MARXISTA¹**

**CAPITAL AND WORKFORCE SPATIAL MOBILITY: ELEMENTS
FOR AN GEOGRAPHIC THEORIZATION BEGINNING FROM A
MARXIST MATRIX**

Guilherme Marini Perpetua
geomarini@yahoo.com.br²

RESUMO:

A mobilidade coloca-se, neste início de século, como um tema candente e desafiador, cuja compreensão certamente deve compor a agenda da pesquisa em Geografia. Nesse sentido, o presente artigo procura expor e discutir de forma sistemática os principais elementos da matriz interpretativa marxiana/marxista sobre a mobilidade espacial do capital e da força de trabalho, buscando analisá-los sob a ótica da ciência geográfica. O argumento central desenvolvido é que essas formas de mobilidade não são apenas efeitos da dinâmica da acumulação sempre ampliada do capital, como também um fator imprescindível de sua ocorrência, numa relação que lhe confere sentidos profundos no sociometabolismo hegemônico vigente.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema de metabolismo social; Mobilidade do capital; Mobilidade do trabalho; Geografia.

ABSTRACT:

The mobility puts itself, in this century begging, as a cadenting and challenging theme, that its comprehension surely have to compound the geographic research agenda. Accordingly, this article seeks to expose and discuss in a systematic form the main elements of Marxist interpretative matrix under the capital and workforce spatial mobility, analyzing them under geographic science view. The main argument developed is that this ways of mobility are not only effects of always increased capital accumulation dynamic, as well a indispensable factor of its occurrence, in a relation that gives it deep senses in actual hegemonic sociometabolism.

KEY WORDS: Social metabolism system; Capital mobility; Work mobility; Geography.

Introdução

Tema complexo e desafiador, a *mobilidade* deve estar hoje, mais do que nunca, na ordem do dia para as ciências sociais em geral, e, *a fortiori*, para a ciência geográfica, em

¹ O texto apresenta parte dos resultados da dissertação de mestrado intitulada “A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel: um estudo a partir de Três Lagoas (MS)”, defendida em outubro de 2012, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (PP-GG/UFGD), sob orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior. Contamos com auxílio financeiro da CAPES.

² Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP – Campus de Presidente Prudente/SP. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e Professor da rede pública de ensino do Estado de São Paulo.

específico. Conquanto esta característica tenha sempre estado presente em todos os contextos históricos e sociais, como resultado dos processos que inauguram o capitalismo em suas feições atuais (após a década de 1970), emerge um período no qual o movimento cada vez mais acelerado (de materiais, pessoas, informações, capitais) passa a ser uma característica intrínseca da dinâmica habitual da sociedade, de modo que os territórios passaram a ser constituídos “[...] mais no movimento e na descontinuidade que na fixação e na continuidade” (HAESBAERT, 2010, p. 252).

Nesse novo quadro, a esfera da circulação ganha uma centralidade inédita na história da acumulação e da produção capitalista do espaço (SANTOS, 1994; MOREIRA, 2000). As novas condições técnicas e políticas, embutidas no processo de reestruturação sistêmica do capitalismo, imprimem uma nova (re)divisão internacional do trabalho na *era da produção flexível*, com a decomposição técnica de processos produtivos e, conseqüentemente, o deslocamento de unidades industriais dos países centrais para os periféricos e semiperiféricos (BENKO, 1996; CHESNAIS, 1996). O mesmo movimento pode ser observado em relação ao território nacional, marcado pela reorganização produtiva e pela desconcentração industrial que têm conduzido à crescente especialização do trabalho nos lugares (SANTOS; SILVEIRA, 2006), *pari passu* ao aparecimento de novos fluxos migratórios e a redefinição dos antigos (BRITO, 2009).

Em face disso, as leituras do fenômeno da mobilidade calcadas na mera descrição e mensuração de fluxos ou deslocamentos físicos, tão difundidas na história do pensamento econômico, sociológico e geográfico, são postas em xeque, exigindo-se novas interpretação que alcancem seus nexos semânticos mais profundos e estruturais (ROCHA, 1998; MARANDOLA JÚNIOR, 2008).

Passando-se em revista as principais teorias direcionadas à compreensão da mobilidade espacial do capital e da força de trabalho sob a vigência do capitalismo, é possível estabelecer uma classificação a partir de três pontos principais: a) a *perspectiva temporal* embutida na análise do(s) sistema(s) econômico(s), que se caracteriza pela relação equilíbrio/desequilíbrio ao longo do processo produtivo; b) o *grau de liberdade e autonomia atribuído aos indivíduos* inseridos nesse(s) sistema(s); e c) a *concepção do espaço geográfico* no qual se desdobram suas ações.

Observadas sob tal prisma e de modo generalista e bastante esquemático, as teorias podem ser agrupadas em três diferentes matrizes principais³. A primeira é a *matriz*

³ Pode-se encontrar classificações diferentes com base em outros critérios, como por exemplo em Braga (2008), que dividiu as teorias de “enfoque locacional” em cinco escolas, de acordo com o seu período de

clássica e neoclássica, dentro da qual estão contidos desde os precursores da ciência econômica, como Adam Smith, David Ricardo e Marie Walras, até os principais teóricos da economia espacial neoclássica, como Von Thünen, Christaller, Weber e Lösch, assim como seus herdeiros contemporâneos. Não obstante a heterogeneidade inerente às explicações específicas que cada um dos autores deu aos deslocamentos espaciais dos capitais fragmentários e dos trabalhadores, de forma cindida ou articulada, todas elas estiveram assentadas nos pressupostos axiomáticos da tendência ao equilíbrio geral do sistema econômico, partindo de uma perspectiva temporal linear; do comportamento absolutamente racional dos indivíduos, tomados como agentes livres e autônomos em busca da maximização dos seus ganhos (GAUDEMAR, 1977; GOMES, 2009); e na concepção do espaço geográfico como plano homogêneo, receptor das ações dos agentes econômicos sem opor resistência ou contingências a elas. Esse último pressuposto é na verdade uma abstração puramente teórica denominada “espaço continente” ou “planície isotrópica” (CORRÊA, 1995; BRANDÃO, 2007), paradigma predominante da escola teórico-quantitativa (ou *New Geography*) que imperou na Geografia acadêmica mundial entre as décadas de 1950 e 1960.

A *matriz keynesiana* seria uma segunda corrente de interpretação, em parte derivada desta primeira. Tendo origem no pensamento do seu epônimo, o célebre economista inglês John Maynard Keynes, dentro dela também podem ser situados autores como Hirschman, Myrdal, Perroux, além de outros teóricos como Innis, Domar, Kaldor, chamados “pós-keynesianos” (MATTOS, 1998 *apud* BRANDÃO, 2007). Sob inspiração das obras desses autores, foi introduzida a tese de que o desequilíbrio econômico e espacial é um horizonte factível a partir do funcionamento do macrossistema econômico abandonado aos seus próprios mecanismos de funcionamento e às aspirações individuais, admitindo-se, dessa forma, o caráter anárquico e não harmonioso do mercado em uma economia capitalista. A perspectiva temporal dessa análise é cíclica, sendo determinada pelo próprio comportamento do desenvolvimento capitalista. O antídoto para o reequilíbrio, destaca Egler (1995), seria a intervenção forte do Estado na economia por meio do planejamento e de uma política econômica de cunho anticíclico, indutora do crescimento e capaz de corrigir as desigualdades regionais, fechando o círculo aberto pelo princípio da anarquia. No tocante a esta “missão” do Estado em uma economia capitalista, Singer (1975) esquadrihando a obra de Keynes afirma que nela o Estado “[...] entra como uma espécie

surgimento: a *escola neoclássica*; a *escola do comportamento*; a *escola sistêmica*; a *escola marxista* ou *estruturalista*, e, por fim, a das *teorias mais recentes*.

de entidade metafísica [...] para salvar o sistema, para fazer o sistema atingir o pleno emprego [...]” (p. 71) e, acrescenta-se: livrá-lo das inevitáveis crises de acumulação.

Na contramão das matrizes anteriormente apresentadas, posta-se ainda uma terceira, de fundamentação *marxiana* (ou seja, dos escritos do próprio Marx) e *marxista* (dos estudiosos que têm nas obras do filósofo alemão o esteiro fundante de suas teorias), cuja compreensão acerca da mobilidade do capital e do trabalho não é derivada delas, nem tampouco representa sua superação. Isso se deve fundamentalmente ao emprego de um método totalmente diferente na interpretação desses fenômenos: o *materialismo histórico e dialético*, o qual, como afirma Grüner (2007), permitiu a reunificação entre sujeito e objeto, separados pelo positivismo (uma epistemologia burguesa, em qualquer uma de suas versões) e, a partir disso, a análise dos fenômenos sociais como partes de uma totalidade repleta de antagonismos e contradições.

Desse modo, os três elementos principais de compreensão da mobilidade assumem contornos diametralmente opostos. A perspectiva temporal não é linear nem cíclica, mas as duas coisas ao mesmo tempo, como em espiral, observa Suertegaray (2001). Concebe-se a existência de uma tendência premente ao desequilíbrio e ao ajuste forçado, não necessariamente num ponto mais elevado, mas em muitos casos com retrocessos históricos cujos impeditivos à expansão do capital são corrigidos por meio dos seus expedientes de ajuste e de sua estrutura totalizadora de comando político: o Estado. O grau de liberdade e autonomia atribuído aos indivíduos inseridos no(s) sistema(s) socioeconômico(s), sejam eles capitalistas, proletários ou gestores do capital, é extremamente limitado, devido a sua atuação dentro dele(s) ou como personificações reificadas dos imperativos objetivos da acumulação, ou como produtores alienados, estando sujeitos, obviamente, a contingências as mais diversas. Por fim, a concepção do espaço geográfico no qual se desdobram as ações desses agentes, os sujeitos sociais, é a do espaço concreto construído pelo trabalho humano coletivo em sua relação mediada com a natureza.

O presente artigo tem por intuito expor e discutir de forma sistemática os principais elementos desta matriz interpretativa marxiana/marxista, buscando analisá-los sob a ótica da Geografia, a qual, como propõe Gregory (1996), deve ser entendida como um *discurso situado* sobre a realidade social. O argumento central defendido é que a mobilidade espacial, tanto do capital quanto da força de trabalho, não é apenas um efeito

da dinâmica da acumulação sempre ampliada do capital⁴, mas também um fator imprescindível para que ela ocorra, numa relação que lhe confere sentidos profundos no sociometabolismo hegemônico vigente. É, portanto, causa e consequência ao mesmo tempo.

Para tanto, seu conteúdo está disposto em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira explica brevemente o que se entende por sistema de metabolismo social do capital e seu sistema secundário de mediações reprodutivas – conceitos basilares para esta análise –, indicando de que maneira e a quais finalidades atende à produção e reprodução do espaço em seu interior. A segunda é dedicada à compreensão do fenômeno da mobilidade espacial do capital, sendo sucedida pela terceira e última, que, por sua vez, procura fazer o mesmo em relação à mobilidade espacial da força de trabalho. Procura-se destacar em cada item os novos elementos da mobilidade postos pelos processos que estão na gênese do capitalismo na contemporaneidade.

Espaço geográfico e mobilidade no sistema de metabolismo social do capital

O fenômeno da mobilidade, em sua dimensão espacial, sempre constituiu parte importante e absolutamente necessária da vida humana, desde a pré-história até os dias atuais. Em todas as sociedades e em todos os modos de produção, o deslocamento de materiais, informações, indivíduos e populações, com maior ou menor intensidade, figurou como uma condição imprescindível da existência humana e da reprodução social. Em nenhum deles, no entanto, a mobilidade assumiu tamanha importância e centralidade como na sociedade e no modo de produção capitalista.

Com a emergência histórica do sociometabolismo do capital, não somente os seres humanos, mas tudo o que participa direta ou indiretamente de sua reprodução ampliada passou a movimentar-se de modo cada vez mais intenso, numa *reciprocidade dialética* na e da produção/reprodução de um espaço geográfico crescentemente mais fragmentado, integrado, polarizado e desigual.

Naturalmente, poder-se-ia atribuir tal fato à tendência à especialização e fragmentação da produção e, por conseguinte, do próprio trabalho, no processo multifacetado, contínuo e sempre crescente de divisão social, técnica e territorial inerente

⁴ A acumulação do capital constitui o “motor” do seu sistema sociometabólico. Ela se dá no interior do processo de produção capitalista, ou seja, de cada uma das suas unidades reprodutivas, e pode ser definida como um “[...] processo pelo qual uma parte do excedente econômico é convertida em novo capital” (SINGER, 1975, p. 57). O excedente convertido em capital é na verdade trabalho não pago (mais-valia), extraído ao longo do processo produtivo que é regido pelo imperativo da acumulação sempre ampliada.

ao próprio sistema, como delineado por Harnecker (1973). Contudo, a mobilidade, assim como a produção/reprodução do espaço geográfico, não é apenas uma consequência dos referidos processos, na medida em que atua como mecanismo de sustentação da acumulação do capital e de controle da força de trabalho.

Conforme a explanação de Mészáros (2011), o *sistema de metabolismo social do capital*⁵ é uma forma histórica absolutamente singular de relação dos homens entre si e com a natureza em seu intercâmbio reprodutivo, dentro da qual as mediações primárias (ou de *primeira ordem*), voltadas para a produção de valores de uso, foram suplantadas por mediações secundárias (ou de *segunda ordem*)⁶, voltadas para o objetivo externo e reificado da acumulação *pela* acumulação. Esse sistema específico de mediações de segunda ordem do capital, por sua vez, conforma “[...] um todo social *antagonicamente estruturado* [...] por meio do sistema estabelecido de produção e troca”, regido pelo imperativo do valor de troca em permanente e incontrolável expansão (*Ibid.*, p. 67). Nele, comenta o autor, o capital não é simplesmente uma relação social, entidade material ou mecanismo racionalmente controlável, mas é,

[...] *em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico* [...] uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe *a mais* poderosa – ‘estrutura totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive os seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar (*Ibid.* p. 96, Grifos no original).

Também Marx (2011), nos *Grundrisse*, assinala no mesmo sentido que “o capital é a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina. Tem de constituir tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada” (p. 60).

Enquanto *estrutura abrangente de controle social* tem sua origem na superposição da divisão funcional e técnica do trabalho por uma divisão social hierárquica, na qual os indivíduos ocupam lugares ou como produtores diretos de riqueza (trabalhadores), ou como “personificações do capital” (gestores, administradores, encarregados etc.) (MÉSZÁROS, 2011). Desse modo, é preciso considerar que a relação *alienada, reificada e fetichizada* entre os indivíduos⁷, estabelecida por meio dessa estrutura de controle

⁵ Para o autor, capital e capitalismo são fenômenos distintos, embora historicamente implicados, sendo o primeiro anterior e posterior ao segundo. Note-se que em sua perspectiva, mesmo no sistema socialista que vigorou na URSS durante a maior parte do século XX não teria havido a superação do capital enquanto modo e meio de mediação produtiva, mas apenas a transferência do seu controle para Estado, a quem coube o papel de expropriação do trabalho excedente. Por esse motivo, Mészáros o denomina “sistema de capital pós-capitalista”.

⁶ Mészáros (2011, p. 180) aponta como mediações de segunda ordem a família nuclear, os meios alienados de produção e suas personificações, o dinheiro, os objetivos fetichistas da produção, o trabalho estruturalmente separado da possibilidade de controle e a variedade de formações dos Estados nacionais modernos.

⁷ *Alienada* porque os indivíduos envolvidos na estrutura não podem ter consciência da totalidade do processo de trabalho, senão apenas de partes exíguas dele, tornando-se (ou permanecendo), por isso, “alheios,

totalizadora e de seu sistema de mediações, cria neles, simultaneamente, as ilusões de liberdade e comando. Como assevera Mészáros:

O sistema estabelecido de mediações de segunda ordem não apenas controla os atores humanos da história com base nos imperativos objetivos da expansão do capital, ele também os ilude com relação às suas motivações como ‘agentes livre’ e também em relação à margem perceptível de suas ações (2011, p. 187).

Ademais, segundo o mesmo autor, a incontrolabilidade da lógica expansiva do capital e a destrutividade, inerente a essa forma de reprodução sociometabólica, derivam essencialmente da *ausência de unidade* em três situações que constituem seus principais defeitos estruturais: 1) entre produção e controle, 2) entre produção e consumo, e 3) entre produção e circulação. Ao Estado burguês, na qualidade de *estrutura de comando político do capital*, cabe, fundamentalmente, à função de retificar tais defeitos, adiando a ruína do sistema.

O espaço geográfico, aqui tomado como instância da própria sociedade (SANTOS, 1985), é parte indissociável deste sociometabolismo. Como ressaltou Gaudemar (1977), não por acaso, o desenvolvimento do capitalismo significou “[...] também o nascimento do *espaço capitalista* com suas polarizações específicas determinadas pelas novas relações de produção” (p. 373, Grifos nossos). Muito mais do que isso, no sistema do capital a dimensão espacial da sociedade não é secundária, mas assume uma importância que jamais teve em sistemas sociometabólicos anteriormente, pois como observa Smith (1988), “a Geografia do capitalismo é mais sistemática e completamente uma parte integral do modo de produção, mais do que ocorreu com qualquer modo de produção anterior” (p. 151).

Se fosse possível elencar uma característica central nesse espaço (ou nessa geografia) capitalista, tal característica seria sem dúvida a *desigualdade*. Daí ressaltar o autor supracitado (SMITH, 1988) que a desigualdade espacial, já presente em outros modos de produção, passa a ser sua característica central e peculiar, e que a *lei do desenvolvimento desigual* passa a constituir seu padrão de desenvolvimento. Por um lado, isso ocorre como consequência do confronto entre as duas tendências opostas de “diferenciação” e de “igualização”, sendo a primeira, produto da divisão territorial do trabalho – desde o início, implícita em sua divisão social e técnica - e a segunda, fruto da necessidade constante de incorporação tecnológica às forças produtivas, especialmente ao capital fixo, por conta da

estranhos [...] aos resultados ou produtos de sua própria atividade” (BOTTOMORE, 2001, p. 5); *reificada* porque nele têm sua individualidade aniquilada (MARX, 2008, p. 128) transformando-se em personificações de elementos das relações sociais; e *feticizada* porque nas relações de troca, “[...] as relações sociais das pessoas aparecem, por assim dizer, invertidas, como a relação social das coisas” (MARX, 2008, p. 60).

concorrência intercapitalista, de modo que ocorra um nivelamento gradual das forças produtivas. Acrescente-se que para Brandão (2007), a produção capitalista do espaço não resulta apenas desigual, na medida em que as frações surgidas deste primeiro processo são sempre integradas e polarizadas (hierarquizadas).

Dialeticamente, como parte indissociável, o espaço e sua produção não são apenas resultados do intercâmbio reprodutivo firmado entre homem e natureza, do qual se origina uma natureza transformada, a *segunda natureza*. Sob muitos ângulos podem ser considerados condicionantes elementares desse intercâmbio; elenque-se ao menos dois exemplos.

No processo de trabalho, o espaço pode participar na condição de objeto de trabalho, enquanto matéria-prima, como é o caso da agricultura, ou como meio de trabalho em seu sentido amplo, ou seja, como condição material necessária para a produção, a circulação, a troca e o consumo, como por exemplo, sob a forma de capital fixo (terrenos, instalações, vias de circulação etc). Em ambos os casos, o espaço pode ser considerado *força produtiva*, pois como afirma Harnecker (1973), este conceito designa tudo aquilo o que possibilita a produção num grau determinado, não sendo, por isso, um elemento passivo.

Todavia, o espaço não é apenas produzido como igualmente *usado* de forma capitalista. Segundo Calibi e Indovina (1973), são as relações capitalistas de produção e o desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração específica ao território (tratado pelos autores como sinônimo de espaço geográfico), mas o tipo de organização espacial que disso decorre, torna-se, concomitantemente, um dado para o próprio processo em função do uso que feito dela. Esse uso, segundo os autores, pode ser de três tipos: 1) uso no processo de produção propriamente dito; 2) uso no processo de circulação e valorização do capital; e 3) uso na reprodução da força de trabalho.

Além de servir como força produtiva, a produção/reprodução do espaço atende ainda a outra função indispensável: a de restauração das condições de acumulação e de controle da força de trabalho. Sobre o assunto, Soja (1993), amparado na extensa obra de Lefebvre, afirma que este autor percebeu e demonstrou como “a própria sobrevivência do capitalismo [...] estava baseada na criação de uma espacialidade cada vez mais abrangente, instrumental, e também, socialmente mistificada” (p. 65). Segundo o seu raciocínio, ao longo da história isso se fez mais evidente em quatro momentos diferentes, marcados pela aceleração do processo contínuo de reestruturação societária, os quais denomina “modernizações”.

Com efeito, muitos dos maiores teóricos do marxismo ocidental perceberam, desde há muito, que a relação entre espaço e sociedade não assumia a forma cartesiana de

causa-consequência, mas sim os contornos de uma *dialética socio-espacial*, devido às evidências de que “[...] a organização do espaço era não apenas um produto social, mas, simultaneamente, repercutia na modelagem das relações sociais” (SOJA, 1993, p. 73).

Mobilidade espacial do capital

Capital e força de trabalho são os polos antagônicos, mas mutuamente implicados e imprescindíveis, do sociometabolismo do capital e de seu sistema de mediações. Segundo Ranieri (2001), o próprio capital é trabalho transmutado. Como tais, manifestam a mobilidade espacial no sentido anteriormente indicado.

O uso do conceito de mobilidade do capital, entretanto, revela-se relativamente polissêmico, na medida em que, tomado em seu sentido amplo, não se restringe apenas ao fenômeno do deslocamento do capital pelo espaço geográfico, podendo designar igualmente processos de transferência do capital entre setores econômicos ou ramos diferentes da produção, ou ainda, aplicar-se às três formas assumidas por ele: o capital mercantil, o capital produtivo e o capital financeiro.

Contudo, como explica Chesnais,

o capital é [...] *um valor* [...] *cujos objetivos são a autovalorização*, a obtenção de lucro, em condições nas quais o ramo industrial, bem como a *localização geográfica* do comprometimento do capital têm, em última análise, caráter contingente (1996, p. 81. Grifos nossos).

Complementarmente e ainda no mesmo trecho, o autor afirma que:

[...] um dos atributos ideais do capital, que é também, mais do que nunca, um dos adjetivos concretos colocados pelos grupos, é a *mobilidade*, a recusa a se prender a determinadas modalidades de comprometimento setorial ou geográfico [...] bem como a capacidade de se soltar, de desinvestir tanto quanto de investir (*Ibid.*; *Ibidem.* Grifos nossos).

Assim, o expediente da mobilidade, em qualquer uma de suas acepções ou formas, tem a mesma finalidade de valorizá-lo ou de reproduzi-lo de modo ampliado, assumindo importância cada vez mais estratégica entre os grandes grupos empresariais contemporâneos.

Ainda assim, quando se pensa especificamente na mobilidade geográfica do capital, importa que se tenha em mente algumas de suas características elementares, cuja obliteração teórica pode levar a graves equívocos.

A primeira dessas características é referente a não integridade e homogeneidade do capital num bloco único e coeso. Na verdade, quando nos reportamos à “mobilidade do

capital” referimo-nos sempre à mobilidade de frações daquele capital que se pode chamar de “capital social total”, que constitui na realidade uma abstração. Essas frações, embora possuam o mesmo objetivo de autovalorização, foram unidades reprodutivas diferentes, comumente como pessoas jurídicas (empresas) que atuam em setores, ramos e mercados distintos e que, exatamente por isto, consubstanciam o processo de concorrência intercapitalista dentro deles.

A segunda, decorrente da anterior, encontra-se na possibilidade de análise da mobilidade do capital a partir de duas perspectivas escalares diferentes, mas que na verdade são faces de uma mesma moeda perfazendo como que uma relação dialética entre a parte e o todo, para usar uma expressão do grande geógrafo brasileiro (SANTOS, 1996).

Por um lado, a mobilidade do capital pode ser pensada na perspectiva do capital fracionário, sob responsabilidade direta de um ou mais capitalistas ou dos seus gestores, portanto, da *microescala*. Desse ponto de vista, a decisão de realizar uma ou mais inversões, ou mesmo de transferir (ou “deslocalizar”, na linguagem econômica corrente) toda a empresa ou uma de suas unidades, bem como a escolha do local para fazê-lo, terá frequentemente como impulso o vislumbrar da possibilidade de reduzir os custos e/ou aumentar os seus lucros, ampliando assim a rentabilidade do negócio. Em sendo o espaço, como se viu, uma força produtiva material, será computado tanto como elemento em si, ou seja, como solo com determinado nível de fertilidade e características morfológicas para a agricultura ou como terreno com certas dimensões para a indústria, quanto como elemento em relação aos demais, com sua localização frente às infraestruturas de transporte, a disponibilidade de matéria-prima, a distância dos mercados consumidores e assim por diante.

E os empreendedores não o farão por uma tendência subjetiva ao entesouramento, mas por uma necessidade prática proveniente da situação de mercado concorrencial em geral vigente na economia do tipo capitalista. Numa situação de concorrência, em que os participantes de um ramo qualquer da produção não podem determinar sozinhos os preços dos produtos, devendo submeter-se ao preço do mercado, “[...] o impulso a acumular é decisivo, ou seja, o capitalista usa a mais-valia para acumular porque a luta pela sobrevivência num sistema competitivo força-o a isso” (SINGER, 1975, p. 66). Existe, dessa maneira, a atuação de uma tendência constante à “concentração do capital”, e por esse exato motivo, a acumulação estacionária é uma situação impensável dentro dos limites do sistema.

Sendo assim, e considerando-se que também o uso do solo, como tudo mais na economia capitalista, é regulado pelo mecanismo de mercado e se dará necessariamente mediante a compra de um direito de propriedade ou do pagamento de aluguel, a localização de um empreendimento deverá levar em conta o conjunto de “vantagens locais” que ela lhe poderá proporcionar e que será embutido no preço do imóvel (SINGER, 1980). No que concerne a tal fato e mais especificamente a suas manifestações no espaço urbano, segundo Singer,

Do ponto de vista das empresas, cada ponto do espaço urbano é único, no sentido de que proporcionar determinado elenco de vantagens que influem sobre os custos. Indústrias de grande porte, que servem ao mercado regional ou nacional, necessitam, sobretudo, de muito espaço e de serviços de infraestrutura: energia, transporte, água, etc. Indústrias pequenas, que servem o mercado local, precisam principalmente de acesso ao comércio que distribui seus produtos. Estabelecimentos comerciais precisam localizar-se junto aos competidores, em zonas onde a clientela está habituada a fazer suas compras (1980, p. 79).

Corrêa (1995) busca criar uma explicação geográfica para isso propondo o conceito de “práticas espaciais”, definindo-o como “[...] um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais” (p. 35). Entre tais práticas destaca-se a *seletividade espacial* que consiste em escolhas seletivas, tomadas principalmente por empresas, de acordo com determinadas condições diferenciais oferecidas por certos espaços. É ao fenômeno da mobilidade do capital e suas *decisões de localização* pensadas sob esta perspectiva microescalar que se aplicam as mais célebres teorias locais neoclássicas⁸.

Sucedem que, quando se analisa os resultados da tendência inerente à concentração no âmbito do sistema como um todo, vê-se que, em longo prazo, ela fatalmente conduzirá a uma situação de crise, tendo em vista que deverá encontrar pelo caminho determinadas barreiras para a sua realização plena, algumas das quais criadas por ela mesma.

Em síntese, o desenvolvimento do capitalismo tem sido historicamente um processo que apresenta caráter cíclico, marcado por fases de expansão (ou “euforia”) e recessão (ou “depressão”), devido, sobretudo, a contradição estrutural e insuperável entre o capital e o trabalho, instaurada no bojo do seu processo produtivo. Como nos explica Singer (1975) com base na teoria marxiana, poderíamos distinguir entre dois tipos de acumulação do capital, sendo um deles a *acumulação extensiva*, que se dá pela extensão da capacidade produtiva e, por conseguinte, pela absorção de um maior contingente de trabalhadores; e o outro, a *acumulação intensiva*, resultado do aprofundamento da capacidade

⁸ Para uma exposição geral das principais teorias da economia espacial neoclássica veja-se Manzagol (1980), especialmente os capítulos 1 e 2.

de produção pela incorporação de tecnologia no processo produtivo, devido ao aumento generalizado do valor da mão de obra provocado pelo processo anterior. A passagem entre esses dois tipos de acumulação é marcada pela crise, uma vez que a acumulação extensiva leva à redução dos lucros pelo aumento do valor da mão de obra, o que por sua vez leva a acumulação a cessar, fazendo com que cesse também a demanda por bens de produção, verificando-se queda nos níveis de produção e de emprego. Isso faz com que, após o prolongamento da crise em sua fase de depressão, tenha início a substituição dos equipamentos tornados obsoletos por novos, intensificando a acumulação e levando a uma nova fase de crescimento.

Mas não é somente por meio da incorporação de tecnologia que o capital pode superar suas crises; há também um mecanismo de expansão territorial que possui efeito análogo e que constitui o ponto de partida para pensarmos a mobilidade do capital numa perspectiva *macroescalar*. Sobre ele escreve Mészáros que

[...] os *limites do sistema do capital* podem de fato se expandir historicamente por meio da abertura de novos territórios, protegidos por impérios coloniais, ou pelos modos mais modernos de ‘neocapitalismo’ e ‘neocolonialismo’. Do mesmo modo, eles podem se expandir graças à ‘colonização interna’, isto é, pelo estabelecimento implacável de novas válvulas de escape nos próprios países protegendo as condições de sua expansão sustentada por uma exploração mais intensiva tanto do produtor como do consumidor etc. – sem se livrar dos *limites estruturais* e contradições do próprio capital (2011, p. 586, Grifos no original).

De acordo com essa abordagem, a mobilidade espacial seria uma forma de prorrogação da vigência do sistema do capital por meio do deslocamento das suas contradições pelo espaço geográfico, o que em contrapartida engendraria a sua *tendência universalizante*.

Sem dúvida, uma das maiores contribuições no sentido de estabelecer os elementos centrais para a compreensão da produção do espaço sob o sistema do capital, e suas implicações intrínsecas à mobilidade, é aquela encontrada em Harvey (2005). Em sua reconstrução da teoria marxista com vistas à teorização da geografia da acumulação capitalista, este autor identifica acertadamente as razões conflituosas e contraditórias que explicam a imanente *tendência universalizante do capital* por meio de um processo ao qual intitulou “ajuste espacial”. Diante da impossibilidade da acumulação estacionária e da existência de impedimentos para que ela se realize, segundo sua teoria, uma das possibilidades de recuperar e até aumentar as taxas de acumulação seria exatamente “a expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior, exportando

capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou ‘o mercado mundial’” (HARVEY, 2005, p. 48).

Cabe observar que as transformações que inauguram o capitalismo em seus contornos atuais, gestadas no complexo processo de reestruturação iniciado na década de 1970, que delineou um novo regime produtivo com seu modo de regulação - comumente designado regime “flexível”, “toyotista” ou “pós-fordista” (ANTUNES, 1999) - sem desfechar alterações nos elementos essenciais e fundantes do capital, engendraram modificações nos mecanismos de seu padrão de acumulação e de geração de valor (ANTUNES, 2011).

Desde então, conforme Chesnais (1996), uma das consequências diretas da reestruturação sistêmica, e das novas condições técnicas e políticas dela resultantes, para a mobilidade do capital tem sido a elevação da seletividade espacial das empresas, sobretudo das grandes corporações transnacionais, ao nível mundial e até as últimas consequências, levando tradicionais regiões produtoras à bancarrota, ao passo que novos empreendimentos são transferidos para outras partes do mundo.

Outro desdobramento interessante diretamente vinculado à reestruturação produtiva tem a ver com a separação espacial entre os centros de gestão e as unidades produtivas das grandes empresas. Esta é, sem dúvida, uma das novas formas de desenvolvimento da nova ordem produtiva, a qual Bihr (1998) intitula “fábrica difusa”, uma manifestação concreta da “[...] inversão do processo de concentração produtiva [espacial] que o fordismo originara” (p. 87) como estratégia para atenuar os crescentes custos das deseconomias de aglomeração e à capacidade objetiva e subjetiva de enfrentamento do proletariado. Há, desta forma, um espalhamento das unidades produtivas pela periferia do território, ocorrendo *pari passu* a concentração cada vez maior das sedes administrativas das empresas em poucos lugares, descrevendo um verdadeiro movimento de *dispersão concentrada*, para usar a feliz expressão empregada por Limonad (2004, p. 62) para o caso brasileiro pós 1990.

Mobilidade espacial da força de trabalho

Em sua tese, Rocha (1998) propugna a distinção entre pelo menos três grandes vertentes de interpretação teórica da mobilidade humana. São elas: 1) a da “mobilidade física”, que tem por base a ciência demográfica e que se preocupa com a mensuração e quantificação dos deslocamentos humanos; 2) a da “mobilidade social”, que se consolidou

na escola de sociologia norte-americana, estando voltada para a análise dos movimentos dos indivíduos entre classes ou estratos da sociedade; e 3) a que ele denomina “mobilidade centrada no trabalho”, que se desenvolve dentro do pensamento marxista e que aqui interessa mais diretamente.

Assim como ocorre com o conceito de mobilidade do capital, o conceito de mobilidade do trabalho também não é unívoco, pois seu uso pode designar tanto os deslocamentos de trabalhadores entre espaços concretos (cidades, regiões, países), quanto entre espaços abstratos (setores de atividade, ramos da produção etc.), ou mesmo fazer referência às variações nas condições específicas as quais são submetidos os trabalhadores no processo de trabalho, como a extensão da jornada de trabalho e a sua intensidade.

O núcleo do conceito, em sua acepção marxiana/marxista, está situado na transformação do trabalho em mercadoria. A partir da emergência das mediações socio-reprodutivas de segunda ordem do capital, e dos defeitos estruturais que caracterizam o seu sistema sociometabólico anteriormente explicitados, a “capacidade humana de realizar trabalho útil” torna-se também mercadoria: a *força de trabalho*, como a definiu Marx (BOTTOMORE, 2001). Nesta condição, segundo este autor (MARX, 2008), como toda mercadoria, ela passa a possuir um valor de uso, determinado pela sua utilidade, e um valor de troca, proveniente do tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, e deve igualmente estar presente no mercado.

Como explica Gaudemar (1977), autor de uma das principais teses sobre o assunto, foi com a separação entre trabalhador e força de trabalho, homem e mercadoria - “[...] uma determinação específica da economia capitalista no seio das determinações gerais de toda a economia mercantil” (p. 195) - que surgiu o próprio capitalismo. Por meio do entendimento desta separação, Marx pôde formular sua *teoria do valor-trabalho*, sobre a qual edificou o cerne da sua obra.

Todavia, essa mercadoria específica apresenta uma dupla singularidade que a diferencia de todas as demais: a) o seu valor de uso supera o seu valor de troca no momento do consumo; e b) ela é a única capaz de levar a si mesma ao mercado e vender-se (*Ibid.; Ibidem*).

Conquanto seja a fonte de toda a riqueza na sociedade capitalista e a matéria genética que constitui o próprio capital, no mercado, a força de trabalho, e junto com ela o ser humano que a possui, é reduzida a mero “fator de produção” sob a ótica do capitalista, do mesmo modo que as matérias-primas, as instalações e o maquinário (HARVEY, 2008).

Nesse sentido, indica Marx (2011), a sua mobilidade é um fenômeno gerado na esfera da *distribuição* no bojo do processo de produção total, pois

[...] antes de ser distribuição de produtos, a distribuição é 1) distribuição dos instrumentos de produção, e 2) *distribuição dos membros da sociedade* nos diferentes tipos de produção, o que constitui uma determinação ulterior da mesma relação. (subsunção dos indivíduos sob relações de produção determinadas) (p. 51. Grifos nossos).

A *subsunção* dos indivíduos indicada por Marx disciplina seus corpos, tornando-os dóceis e assegurando sua repartição no espaço, “[...] de modo que cada indivíduo tenha o seu lugar e cada lugar o seu indivíduo” (GAUDEMAR, 1977, p. 50). Ela só pôde resultar e escamotear-se de sua percepção, assevera Mészáros (2011), por meio da instituição e do aperfeiçoamento de *mecanismos de controle social* que, diferentemente dos mecanismos dos sistemas sociometabólicos anteriores, não são em essência políticos, ou seja, externos aos indivíduos, mas muito mais sutis, pois eminentemente econômicos, e, portanto, internos a eles.

Portanto, a *condição móvel* derivada do fato do trabalhador não ser propriedade de outrem, como no regime escravista, ou mesmo não estar preso a terra por obrigações consuetudinárias, como no feudalismo, não significa que seja realmente livre no capitalismo, mas ao contrário, que é *livre* para vender aonde queiram comprar a única mercadoria de que dispõe, a sua força de trabalho. Eis a implicação basilar daquilo que Alves (2008) chama de *condição de proletariedade*, “a *condição existencial* de homens e mulheres *alienados* – em maior ou menor medida – da propriedade/controlado dos meios de produção da vida social” (p. 5. Grifos no original).

Novamente em Gaudemar (1977) o conceito de mobilidade do trabalho designa a natureza específica da mercadoria força de trabalho que permite o uso capitalista das disponibilidades dos homens e da docilidade dos seus corpos, e pode ser definido como “[...] a capacidade que permite a força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos sempre crescentes de uma divisão do trabalho cada vez maior” (p. 194).

Assim concebida, de acordo com o mesmo autor, pode apresentar-se em três planos não excludentes de ocorrência fenomênica. O primeiro é o do *tempo*, enquanto extensão/duração da jornada de trabalho, a qual permite a extração da mais-valia absoluta, forma da mais-valia predominante nas fases iniciais do capitalismo. O segundo é o do *ritmo/intensidade* do trabalho, ou seja, da mais-valia relativa, manifestada pelo seu nível de produtividade e sendo resultado de alterações técnicas e/ou organizacionais no processo de trabalho que permitem o aumento da taxa de mais-valia sem o aumento da jornada de

trabalho. O terceiro e último pode ser definido como o *deslocamento dos trabalhadores no espaço*, perfazendo os fluxos migratórios. Note-se que, em termos gerais, essas três dimensões correspondem essencialmente aos três artifícios dos quais o capital faz uso para perpetuar o seu processo de extração de mais-valia e de acumulação ampliada, driblando as barreiras que lhe são antepostas, bem como as sucessivas crises cíclicas.

Com relação especificamente a dimensão espacial da mobilidade da força de trabalho, a partir da leitura de Gaudemar (1977), deve-se observar sua associação às duas formas anteriores de mobilidade, e que também ela nada tem de espontânea ou natural, sendo produto dos desígnios da acumulação e devendo atender inteiramente a eles. Gomes (2009) indica que o processo ocorre a medida que “trabalhadores potenciais são atraídos por novas oportunidades de emprego, impostas pelas condições inerentes à sobrevivência, precisando vender força de trabalho” (p. 41).

Devido às condições de transporte e comunicação aperfeiçoadas e crescentemente mais difundidas pelo território, o capital não se vê obrigado a servir-se dos “estoques” imediatos de força de trabalho, podendo servir-se de “braços” vindos de longe, cujo valor de uso seja mais barato e cuja necessidade imponha a resignação face à exploração.

A mobilidade espacial da força de trabalho mostra-se, dessa forma, fortemente ligada ao padrão de desenvolvimento espacial necessariamente desigual que se processa sob a égide do capitalismo, especialmente em países periféricos como o Brasil, a medida que tal desigualdade significa diferenciação de níveis de emprego e renda e, por conseguinte, das condições de vida dos trabalhadores entre os diferentes espaços regionais. Essas ponderações encontram respaldo na análise de Santos (2006) sobre o fenômeno migratório no Brasil, quando o autor, com base em um amplo conjunto de dados censitários, afirma o seguinte:

[...] tanto a migração interna quanto a externa não decorrem de uma simples vontade de mudança de espaço, ainda que essa possa ocorrer [...] a determinante maior dos fluxos migratórios [no Brasil] têm estado atrelada à dinâmica do mercado de trabalho, e mais diretamente às estratégias de sobrevivência individual e coletiva (p. 24).

Em outros trabalhos (2010a; 2010b), constatamos empírica e teoricamente a validade do conceito de mobilidade espacial da força de trabalho para compreender os *movimentos pendulares* de trabalhadores, além dos fluxos migratórios propriamente ditos. Movimentos pendulares são movimentos cotidianos de indivíduos com finalidade específica entre municípios sem que ocorra a mudança do seu local de residência, e podem ser pensados como forma específica de ocorrência da mobilidade do trabalho para o capital, pois nesta escala, manifestam a desigualdade espacial combinada, cuja produção é

presidida pelo capital que, centralizado num município principal, procura explorar a força de trabalho dos municípios circundantes forçando o seu valor médio de troca para baixo e conformando o que nominamos *célula espacial de acumulação*.

Como há muito se sabe, enquanto a constante expansão da produção tem como resultado habitual o afluxo de trabalhadores de fora para dentro do sistema, por meio do assalariamento, o constante revolucionar das forças produtivas leva ao refluxo de trabalhadores de dentro para fora dele, formando-se, assim, um enorme contingente de seres humanos ao qual Marx chamou de *Exército industrial de reserva* ou *sobrepopulação relativa*.

O ponto de partida básico para tais interpretações é aquele no qual esse autor, em *O Capital* (Livro I, capítulo 23, seção 3 *apud* SILVA, 2001), afirma que “a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua” (p. 31). A partir do excerto, segundo Silva (2001), pode-se pensar essa população supérflua dividida em quatro formas distintas, dispostas como camadas que se superpõem. A primeira delas seria a “população flutuante”, que corresponde aquela que foi expulsa do processo produtivo pelas mudanças tecnológicas e organizacionais. A segunda, a “superpopulação latente”, constituídas pelos trabalhadores rurais que já não podem permanecer no campo e estão sempre em vias de se mudarem para a cidade. À terceira chama-se “superpopulação intermitente”, composta pelos trabalhadores ocupados com atividades irregulares e/ou sazonais, como o trabalhador volante ou o boia-fria, por exemplo. A quarta e última, seria aquela que representa o seu “sedimento mais profundo” e que beira a indigência, a qual se denomina “superpopulação do pauperismo”. Abaixo delas estariam os vagabundos, criminosos, prostitutas etc. chamados *lumpem* por Marx.

Desnecessário dizer que são esses “seres humanos supérfluos”, quantitativamente cada vez mais presentes na era da acumulação flexível, lacerada por um desemprego estrutural de proporções catastróficas (ANTUNES, 1999; MATTOSO, 1995) e pela intensificação da modernização conservadora e totalitária do campo, os mais suscetíveis à migração para o trabalho a qualquer custo. Talvez por isso, como defende Huws (2004), o mundo de hoje presencia um “duplo desenraizamento”; um deslocamento tanto de trabalho em direção às pessoas, quanto de pessoas em direção ao trabalho, recriando um trabalho cada vez mais “volátil”, não mais ligado geograficamente a um determinado local (HUWS, 2004, s/p).

Para todos os efeitos, entretanto, não se deve perder de vista o fato de ser a migração um fenômeno plural, diverso e não unívoco, que envolve uma gama variada de

condicionantes, dentre os quais têm destaque, conforme Zanutelli (2000), a lógica dos “pólos de atração” (representados pelas bacias de emprego) e “de repulsão”, assim como a existência das “redes de solidariedade”, que são fator relevante na decisão de migrar.

Finalmente, é necessário asseverar que nem sempre a mobilidade do trabalho pode ser vista como sinônimo de intensificação da exploração ou de rebaixamento das condições de vida e de trabalho, pois ela mesma é contraditória. Num estudo recentemente realizado por nós (PERPETUA, 2012), constatamos que as dinâmicas da migração para o trabalho têm acompanhado de perto o processo de fragmentação e heterogeneização da classe trabalhadora atual, como colocado por Antunes e Alves (2004), significando precarização e superexploração para alguns extratos menos qualificados, ao mesmo tempo em que representa melhoria das condições de vida e ampliação dos benefícios e garantias para outros, mais qualificados.

Considerações finais

Para não concluir, após este sucinto delineamento dos principais elementos da compreensão da mobilidade espacial do capital e da força de trabalho com base na matriz marxiana/marxista, cabem algumas breves considerações.

Primeiramente, acreditamos que o argumento central de que a mobilidade espacial não é apenas um efeito da dinâmica da acumulação do capital, como também um fator imprescindível para que ela ocorra, apresentado no início, pôde ganhar substância e sustentação teórica ao longo do texto.

Percebe-se que ambas as formas de mobilidade têm o mesmo sentido no sociometabolismo hegemônico vigente: são mecanismos de postergação momentânea, sem superação, dos antagonismos e contradições inconciliáveis e potencialmente explosivos do ímpeto cego, incontrolável e irreformável para a acumulação que constitui a principal característica deste modo peculiar de intercâmbio reprodutivo entre sociedade e natureza. Nesse sentido, o deslocamento geográfico de homens e capitais é uma estratégia poderosa na luta por manter ou ampliar o ritmo da acumulação, reduzir custos e controlar possíveis recalitrâncias relativas à força de trabalho.

Concomitantemente, a mobilidade espacial do capital produz um espaço crescentemente mais fragmentado, polarizado e desigual, o qual, em seguida, guiará suas próprias escolhas locais seletivas e definirá itinerários de fluxos migratórios para o trabalho. Nisso consiste a *reciprocidade dialética* anteriormente citada.

Se analisado sob esta ótica, o tema permite um olhar crítico sobre processos repentinos de crescimento econômico e populacional que transformam lugares afastados da *core area* da economia nacional em seus novos enclaves dinâmicos, aos quais a mídia não se cansa de laurear pela pretensa vocação para o “desenvolvimento”. Possibilita ainda desnudar aspectos ideológicos que obliteram o entendimento dos reais sentidos do fenômeno migratório para o trabalho, nas múltiplas escalas em que ele se manifesta, e mesmo questionar as miragens neoliberais de um mundo sem distâncias e sem fronteiras.

Por esses e por tantos outros motivos, os quais não foi possível explicitar, a mobilidade coloca-se como um tema candente, abrangente e multifacetado de suma relevância para os estudos e pesquisas da Geografia crítica neste início de século. Esperamos ter contribuído com o debate acerca dele.

Referências bibliográficas

ALVES, G. A condição de proletariado na modernidade salarial – por uma analítica existencial do proletariado. **Revista Pegada** (Ecos da IX Jornada do Trabalho), Presidente Prudente, vol. 9, n. 2, p. 1-38, dez. 2008.

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. O sistema de metabolismo social do capital e seu corolário, a alienação, na obra de István Mészáros. In: **István Mészáros e os desafios do tempo histórico**. JINKINGS, I.; NOBILE, R. (Org.). São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, R. L. C.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Rev. Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BOTTOMORE, T. (org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BRAGA, R. M. Tendências e perspectivas das teorias locacionais no Capitalismo Contemporâneo. **Geografares**, Vitória, nº 6, p. 167-179, 2008.

BRANDÃO, C. R. **Território e desenvolvimento** - as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: UNICAMP, 2007.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil**: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. 20p. (Texto para discussão nº 366).

CALABI, D.; INDOVINA, F. **Sobre o uso capitalista do território**. São Paulo: USP, 1973. (Mimeografado).

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de. *et al.* **Geografia – Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

EGLER, C. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I. E. de *et al.* **Geografia – Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GAUDEMAR, J-P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GOMES, F. G. Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal. **Rev. Sociol. Polit.** [online], Curitiba, vol.17, n.32, p. 33-49, Fev. 2009.

GREGORY, D. Teoria social e Geografia Humana. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. **Geografia humana: Sociedade, Espaço e Ciência Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

GRÜNER, E. Leituras culpadas – Marx(ismos) e a práxis do conhecimento. In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Org.) **A teoria marxista hoje**. Problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HARNECKER, M. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. São Paulo: Global, 1973.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O neoliberalismo: histórias e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

LIMONAD, E. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem?. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.). **Brasil, Século XXI: por uma nova regionalização?** Agentes, processos e escalas. 1. ed. São Paulo: Max Limonad, 2004.

HUWS, U. **Fixo, volátil, ou dividido: o trabalho, a identidade e a divisão espacial do trabalho no séc. XXI**. 2004. [on line]
Disponível em: <http://www.resistir.info/mreview/fixo_volatil.html> (Acesso em 05/08/2012).

MANZAGOL, C. **Lógica do espaço industrial**. São Paulo: Difel, 1985.

MARANDOLA JÚNIOR, E. Os novos significados da mobilidade. **Revista Brasileira de estudos da População**, São Paulo, vol.25 n° 1, Jan./Junho, 2008.

MARX, K. **Contribuições à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 - esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATTOSO, J. E. L. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página aberta, 1995.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011. (Col. Mundo do Trabalho).

MOREIRA, R. Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço do trabalho. **Ciência Geográfica**, Bauru: AGB, vol. II, n° 16, ano 6, p. 04-08, 2000.

PERPETUA, G. M. **A mobilidade espacial do trabalho e o desenvolvimento desigual e combinado do território em escala local: estudo de caso dos municípios de Presidente Prudente-SP e Álvares Machado-SP**. 2010a. 83f. Monografia (Bacharelado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), Presidente Prudente.

_____. Movimentos pendulares e acumulação do capital. **Revista Pegada (Online)**, Presidente Prudente/SP, v. 11, nº 2, p. 132-155, 2010b.

_____. **A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel**: um estudo a partir de Três Lagoas (MS). 2012. 251f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências Humanas, UFGD, Dourados/MS.

RANIERI, J. **A câmara escura**: alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo, 2001.

ROCHA, M. M. **A espacialidade das mobilidades humanas** – um olhar para o Norte-Central paranaense. 1998. 186f. Tese (doutorado em Geografia). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), São Paulo/SP.

SANTOS, A. Migração e força de trabalho: notas para debate. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, vol. 7, nº 2, p. 7-25. nov. 2006.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. (Coleção espaços).

_____. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **A natureza do espaço**: Técnica, tempo e razão. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2006. (9ª ed.).

SILVA, J. G. da. (prefácio) Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil: uma introdução à obra de Ignácio Rangel. In: RANGEL, I. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2001.

SINGER, P. **Curso de introdução à economia política**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

_____. O uso urbano do solo na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, AGB, nº 57, p. 77-92, 1980.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova** - Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Barcelona, nº 93, 2001. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/scriptanova/article/view/55379/64465>> (Acesso em 01/09/2010).

ZANOTELLI, C. L. A migração para o litoral: o caso dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). **Geografares**, Vitória, EDUFES, v. 1, nº 1, jun. 2000.

